

FALTOU DIZER

Aloysio Biondi

O segredo que os economistas estão tentando esconder do País

Os chamados "economistas de oposição" se celebrizaram, nos últimos anos, por suas críticas ao modelo econômico adotado desde a época do milagre, pelo Ministro Delfim Netto, responsabilizando-o pela miséria e pelos problemas sociais do País — e até pela dependência criada em relação ao exterior, a partir do endividamento externo. Seu diagnóstico era claro: imperava no Brasil um capitalismo selvagem, marcado pelo "perdão de impostos" (incentivos), pelo crédito subsidiado (juros artificialmente baixos, com a diferença em relação à inflação paga pelo Tesouro), pelos "abatimentos" na venda de energia, matérias-primas etc. fornecidas pelas estatais. Tudo isso representando as verdadeiras "doações" de trilhões e trilhões de cruzeiros a grupos empresariais, provocando a concentração da renda e da propriedade, numa escala raramente vista em qualquer país capitalista, ao longo da história.

Rios de dinheiro do Tesouro, do País, de todos nós, foram canalizados para os cofres de segmentos privilegiados (por força de uma política econômica, sem falar nos "escândalos", que são outra coisa). Por isso sempre faltou dinheiro para criar mais empregos, reduzir a miséria, superar problemas que afligiam o povo. A partir de todo esse diagnóstico, os chamados "economistas de oposição" pregavam um modelo alternativo, em que a renda seria distribuída, criando-se amplo mercado interno no País, que garantiria o crescimento da economia, da mesma forma, mas com uma diferença fundamental: as desigualdades e a miséria seriam reduzidas no Brasil.

Agora que a oposição chegou ao poder seria previsível que houvesse grandes mudanças no "modelo econômico", dando-se prioridade à questão social e à redistribuição da renda. Lido engano: sem que a opinião pública tenha atentado para o problema, o País corre o risco de aprofundar as distorções dos últimos anos, perdendo-se a chance de abreviar a solução dos problemas sociais. Por quê? Porque os antigos "economistas de oposição", hoje chamados de "progressistas", mudaram seus pontos-de-vista e estão



defendendo uma política econômica que não tem qualquer diferença da proposta de "Brasil Potência" do Ministro Delfim Netto e do regime militar, no início da década de 70. Esse é o ponto central que deveria marcar o debate econômico, neste momento, mas pouco se está atendo para ele, inclusive no Congresso. A opinião pública está de fato em problemas como o combate à inflação, o acordo com o FMI, as prestações do BNH. São todos eles problemas conjunturais, que passarão. A definição da grande estratégia que o País seguirá nos próximos anos, ao contrário, terá efeitos permanentes sobre a vida do povo brasileiro, sobre a permanência ou a erradicação da miséria. A definição do "modelo", em resumo, é fundamental para sabermos que Brasil teremos no futuro. E a questão sequer está sendo exposta claramente à Nação, para que ela decida que rumos deseja tomar.

Como os economistas estão conseguindo esconder esse "segredo"? Eles se apresentam como "progressistas", dizem a todo momento que são contra a "recessão", que o Brasil "precisa crescer" (no mínimo 7 por cento ao ano...) para "criar em

pregos", pois o desemprego "é o verdadeiro problema, a causa da miséria no País". Tudo muito bonito, muito simpático, mas absolutamente enganoso. Por partes: 1 — CRES- CIMENTO — Sempre se disse que o importante não era "quanto" crescer, e sim "como" crescer. O "crescimento" da economia de um país é medido pelo valor de todos os bens e serviços produzidos em determinado ano ou período. Se o Brasil produzir, por exemplo, mais automóveis, ou computadores, ou máquinas, sua economia "crescerá" muito. Apa

Por que fogem a essa definição? É que os economistas "progressistas", por formação (ou deformação) "ideológica", acreditam que qualquer país somente será "independente" se avançar na área industrial. Por isso agora defendem que o Brasil dê prioridade à "modernização" da indústria, defendendo investimentos e incentivos (perdão de impostos etc.) nas áreas da informática, automação, robotização etc., além da engenharia genética e biotecnologia. Só assim, dizem, o Brasil será uma "potência industrial média" nos próximos anos. Em 1970 o Ministro Delfim Netto e o regime militar decidiram fazer o "Brasil Potência" e não perguntaram à sociedade se era essa a prioridade nacional. Agora tenta-se repetir a história.

Um erro que a Seap não explica

O feijão de cores subiu praticamente 50 por cento em maio, de Cr\$ 2.800 para Cr\$ 3.300 o quilo, apesar de o Governo deter grandes estoques do produto. A Seap diz que não poderia usar seus estoques para conter a "disparada", porque nesse mês o feijão subiu para a faixa de Cr\$ 140.000/Cr\$ 150.000 a saca, no atacado, apenas para combinar com o novo preço mínimo do Governo, válido para junho. Aqui, a Seap está mal informada. Esse novo preço, na faixa dos Cr\$ 140.000, vale para a safra da seca, plantada em fevereiro/março e colhida em maio/junho. Para a primeira safra do ano, a das águas, o preço mínimo era substancialmente inferior, na faixa dos Cr\$ 90.000 a saca, em abril/maio. Os estoques do Governo e os estoques dos supermercados, atacadistas e varejistas,

era de feijão dessa primeira safra. O que está acontecendo, portanto, é que supermercados, atacadistas e varejistas estão vendendo feijão comprado a no máximo Cr\$ 90.000, tomando como base o preço "novo", de Cr\$ 150. mil. Com o produto a Cr\$ 3.300 no varejo, uma saca de 60 quilos rende Cr\$ 198.000, com 120 por cento, no mínimo de margem de lucro sobre o feijão comprado antes de maio. Se a Seap rever sua política para o feijão, seus preços poderão recuar aos níveis corretos (preços mais baixos para o produto da primeira safra, preços mais altos para o produto da colheita da seca). Uma boa contribuição para segurar a inflação em junho. Caminho certo a percorrer: venda direta à população através de caminhões, barracas etc.

Tudo velho com o feijão

Em meio a tantos acertos, a Seap erra redondamente ao decidir que os estoques de arroz e feijão do Governo serão entregues aos supermercados, para a venda ao público. Essa prática, adotada nos últimos anos, nunca serviu para combater a especulação: ao contrário.

Os supermercados aproveitam para embalar feijão velhíssimo, de safras antigas, e o vendem aos preços mais baixos, que deveriam cobrar pelo feijão novo, recebido do Governo. Com isso criou-se a imagem de que o "feijão do Governo" (na cabeça do povo) não presta e o comércio continua a vender o produto — inclusive o recebido dos estoques do Governo — a preços altíssimos.

Bons detalhes sobre como são essas negociações podem ser retirados de um processo que corre na 21.ª susususuusua Vara Criminal de São Paulo. Promotor de Justiça: José Damiano Pinheiro Machado Cogan. Tem informações a dar.



Entre o FMI e os hortifrutis

Depois dos 7,8 por cento de inflação em maio, o Ministro da Fazenda acredita em taxa até menor para junho. Não apenas acredita, mas define sua estratégia com esse objetivo: adiar para julho o reajuste dos derivados do petróleo, estudar a redução de impostos para os cigarros, rever planilhas de custos de empresas e acertar "acordos" de cavalheiros com os supermercados. Com todo esse cenário antiinflação montado, fica claro que o Governo só não aceita a meta de 160 por cento de inflação para 1985, desejada pelo FMI, para não parecer que está "obede- cendo" os credores, pois essa meta é cada vez mais viável. Em tempo: nesta primeira semana de apuração do índice inflacionário de junho (levantamento de preços iniciado dia 26 de maio), os produtos hortifrutigranjeiros, que dispararam em maio, dão sua contribuição positiva: aumentou a entrada dos produtos na Geasa e os preços entraram em declínio.

Não, não, Ministro Simon

O Ministro Pedro Simon, da Agricultura, defende a volta aos subsídios para a agricultura brasileira, apesar de todos os estudos provando e comprovando que o dinheiro do Tesouro, do povo, serviu apenas para concentrar a renda e a propriedade no País. Milhões de pequenos e médios agricultores nunca viram a cor do dinheiro do Governo, canalizado para um pequeno número de grandes grupos e proprietários rurais. Subsídio, para garantir o aumento da produção agrícola, deve ser dado diretamente ao consumidor, através de cupons de alimentação, que as famílias poderão trocar por alimentos nos armazéns e supermercados — garantindo, assim, o aumento no consumo. A medida não pode ser considerada "estatizante" ou "comunizante". O sistema é adotado nos EUA.

Um lembrete para a Seap e o CIP

Já que Seap-CIP vêm, efetivamente, revendo a política de preços tanto para empresas estatais como privadas, não custa dar uma olhada nas empresas aéreas. No governo anterior as tarifas foram elevadas exageradamente, "para assegurar a rentabilidade das empresas", mesmo que isso provocasse queda no movimento de passageiros. Outro caso de capitalismo à brasileira: quanto menos se atende ao mercado, mais se lucra.

1

Redistribuir, a renda, sem demora

Economistas e líderes empresariais têm repetido que é preciso que a economia cresça a taxas altas porque, sem isso, seria impossível redistribuir a renda, até por dificuldades políticas. Por quê? Com a economia em crescimento — nessa argumentação —, é possível destinar as novas "fatias" do "bolo" a quem está marginalizado; com a economia crescendo a taxas baixas, seria preciso "tirar" algumas "fatias" de quem já tem, para "redistribuí-las", e isso provocaria reações dos "prejudicados".

Outro sofisma, outro mito. Um "modelo redistribuidor da renda" significa que os investimentos serão feitos de forma a criar renda e empregos para quem não os tem, prioritariamente. Com isso, o "a- crescimo" na renda nacional ocorrerá nessas faixas, fechando-se progressivamente o fosso hoje existente entre brasileiros. Por exemplo: os investimentos na agricultura deveriam beneficiar prioritariamente os pequenos produtores, para que eles passassem a ter mais renda e a consumir (inclusive alimentos).

Outro exemplo: haveria incentivos, não para as empresas comprarem máquinas, mas para contratarem empregados (cadê a política de emprego da Nova República?). Da mesma forma haveria apoio às pequenas e médias empresas e não às grandes empresas.

Com tudo isso a economia passaria a crescer "de baixo para cima", em um novo "modelo".

2

A única alternativa do momento

Todos os dias, nos jornais, líderes empresariais e economistas dizem que, apesar da recuperação da economia, há setores com 40 por cento ou 50 por cento de capacidade ociosa, de máquinas sem utilização. Descontada a choradeira de praxe, o fenômeno existe. Por quê? causa da "recessão do FMI"? Não. Porque o Governo, nos últimos anos, deu imensas vantagens às empresas e elas superdimensionaram suas fábricas e sua capacidade de produção. Mas o que importa, neste momento, é o fenômeno em si: se há ociosidade no parque industrial brasileiro, construído às custas da concentração da renda, por que dar novos incentivos ao setor, como os economistas defendem em sua linguagem cifrada? Ninguém vai investir em aumento da produção se o mercado hoje é até insuficiente.

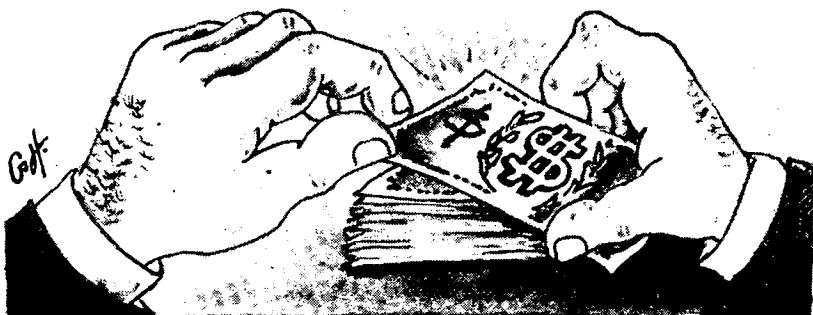
E aí que surge a grande contradição dos "defensores das fábricas, alegando que, do contrário, a indústria nacional ficará defasada em relação às grandes potências. Se isso não fosse feito haveria "sucateamento" (de "sucata") das fábricas, via envelhecimento da tecnologia, e o Brasil não chegaria a potência média e não poderia competir no mercado mundial. Quanto a este último argumento, é furado. Os mercados naturais do Brasil são os países em desenvolvimento, para os quais não é necessário produzir com a tão falada alta tecnologia. O sonho é ser "potência".

3

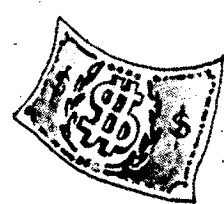
O caminho que não serve a este País

Nos últimos anos, depois que ficou encaixado na dívida externa, o Brasil — como já se explicou nesta coluna — teve que partir, obrigatoriamente, para os "grandes projetos", porque os bancos internacionais só emprestavam dólares para eles. Era difícil, portanto, grandes mudanças no "modelo". Hoje a situação é totalmente diferente: o País tem reservas cambiais e reduziu enormemente sua dependência de determinadas importações (petróleo, metais, máquinas, fertilizantes). Os banqueiros já não exigem grandes projetos, nem emprestam dinheiro exigindo que ele seja aplicado na compra de mercadorias ("importações vinculadas") de seus respectivos países. As fábricas brasileiras têm capacidade ociosa, não precisam de novos investimentos imediatamente.

Por tudo isso, escolher um "modelo alternativo" neste momento, que beneficie as dezenas de milhões de marginalizados, não é apenas uma questão de justiça social. É, na verdade, o caminho correto para fazer com que a economia continue a crescer, desta vez corrigindo desigualdades, em lugar de agravá-las, como no passado. Tudo isso precisa ser entendido pela opinião pública e pelo Congresso, para que o País faça as opções corretas. Isso somente será possível se forem derrubados por terra os mitos que os economistas "progressistas" (e seus representantes no Ministério) vem cultivando: a tal história de que é preciso crescer para criar empregos e uma baleia, uma mistificação só beneficia a quem já muito lucrou com o "modelo concentrador".



A queda da correção e cálculos 'furados'



A correção monetária do próximo mês, julho, será calculada com base na inflação de abril (7,2 por cento) maio (7,8 por cento) e junho. Isto significa que, se este mês emplacar mesmo na faixa dos 7 por cento, a correção monetária de julho estará na faixa dos 7 por cento, eliminando as diferenças substanciais ocorridas entre os dois índices em maio e junho. Haverá uma polêmica, a menos, no País.

De qualquer forma é preciso dizer que são "furados" os cálculos, divulgados por economistas, segundo os

quais o Tesouro teria sofrido um prejuízo de Cr\$ 12 trilhões em "juros" pagos aos compradores de LTNs e ORTNs, por causa da diferença em torno de 10 por cento entre a correção monetária e a inflação nos últimos meses.

Acontece que os compradores dos títulos somente teriam direito àquela diferença, de Cr\$ 12 trilhões, quando fossem resgatar os papéis, na data de seu vencimento. E eles vão vencendo ao longo dos próximos cinco anos. Muita água vai rolar até lá, não sendo difícil que esse "lucro" desapareça quando a inflação estiver substancialmente mais baixa e o governo decida mudar a fórmula atual da correção monetária.

'Desindexando' as cabeças

A queda da inflação, decorrente da atuação da Seap e CIP é um fenômeno cuja importância ninguém nega. Mais importante, porém, é o trabalho de "desindexação" de cabeças, que a Nova República começou — e que pode, finalmente, colocar o (falso, até aqui) capitalismo brasileiro dentro dos eixos.

Exemplo primeiro: a advertência de que os reajustes de preços serão dados de acordo com os custos apresentados pelas empresas — e não para compensar "perdas de lucros" passadas. Ao contrário do que ocorre em outros países capitalistas, no Brasil todos querem compensar perdas do passado com aumentos maiores no presente. Inflacionando agora, vamos seguir a regra universal: pode-se ganhar em um período, mas também se pode perder em outro. A meditar.

Anticapitalismo, ainda e sempre

O Ministro Aureliano Chaves propõe que motoristas de táxi sejam novamente beneficiados com a isenção do IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados, na compra de carros a álcool. Pretexto: aumentar o consumo desse combustível. Mais uma vez esquece-se que os recursos que o Tesouro "doa" a qualquer setor poderiam ser usados para minorar problemas sociais, como o da fome endêmica no País. E mais: a política de tarifas de táxis devia ser revista, com urgência, em todo o País.

Elas vêm sendo estabelecidas de forma a remunerar os taxistas mesmo que transportem cada vez menos passageiros. Um autêntico "racionalismo" da oferta, com inversão total nas regras que deveriam nortear o mercado: diz-se que as tarifas precisam ser mais altas porque o número de passageiros está caindo. O que tem ocorrido é exatamente o oposto.